


**O(A) PEDAGOGO(A) NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
DE MANAUS: PREFERENCIALMENTE, PORÉM AUSENTE**

**THE PEDAGOGUE AT THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER – CRAS IN
MANAUS: PREFERABLY, BUT ABSENT**

**EL PEDAGOGO DEL CENTRO DE REFERENCIA DE ASISTENCIA SOCIAL – CRAS EN
MANAUS: PREFERIBLEMENTE, PERO AUSENTE**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-207>

Data de submissão: 11/10/2025

Data de publicação: 11/11/2025

Nayra Livia Sousa Bandeira

Especialista em Saúde Coletiva

Instituição: Prominas

E-mail: nayralivia2021@gmail.com

Denilson Diniz Pereira

Pós-doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)

E-mail: denilsondiniz@ufam.edu.br

Marinês Viana de Souza

Pós-doutorado em Educação em Ciências e Matemática

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: marinessouza@ufam.edu.br

RESUMO

Esse artigo visa apresentar resultados da pesquisa que se ocupou em descrever sobre o trabalho do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares, com foco de atuação no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV. Esse profissional pode compor as equipes de referência como Técnico(a) de Nível Superior, estabelecida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, ratificada pela Resolução CNAS nº 17/2011. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Manaus/AM, a partir de um estudo orientado metodologicamente pela abordagem qualiquantitativa, mediante revisão bibliográfica, pesquisa documental e observação (simples/sistemática) em dois CRAS desse município. Os estudos revelam que o(a) pedagogo(a) tem contribuições significativas nas políticas de assistência social, como agente que atua para a superação das vulnerabilidades sociais, através de intervenções socioeducacionais preventivas. Por sua vez, os dados da empiria revelaram a ausência do Técnico(a) de Nível Superior formado em Pedagogia nos CRAS de Manaus, e evidenciou também a fragilidade na garantia de permanência de outros(a) profissionais que lá atuam, considerando ser majoritariamente constituído por profissionais com contratação temporária, em contraste com os poucos servidores em regime de trabalho efetivo. Tal ocorrência pode concorrer para alta rotatividade na formação das equipes, e, conseqüentemente, ocasionar descontinuidade nas ações, fator preponderante em uma política pública que visa exatamente prestar um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Concluímos ser necessário maior investimento público na constituição das equipes multiprofissionais nos CRAS de Manaus, e que o(a) pedagogo(a) também possa ocupar

esses espaços profissionalmente, para fortalecer as ações das políticas públicas desenvolvidas, a partir de seu campo de atuação.

Palavras-chave: Pedagogia em Espaços não Escolares. Centro de Referência de Assistência Social.

ABSTRACT

This article aims to present the results of research that described the work of pedagogues in non-school settings, focusing on their role in the Social Assistance Reference Center (CRAS) and the Social Coexistence and Strengthening of Bonds Service (SCFV). These professionals can be part of the reference teams as Higher Level Technicians, as established by the Basic Operational Standard for Human Resources of the Unified Social Assistance System (NOB-RH/SUAS), ratified by CNAS Resolution No. 17/2011. The research was conducted in the city of Manaus/AM, using a methodologically oriented qualitative-quantitative approach, through bibliographic review, documentary research, and observation (simple/systematic) in two CRAS centers in that municipality. The studies reveal that pedagogues make significant contributions to social assistance policies, acting as agents to overcome social vulnerabilities through preventive socio-educational interventions. In turn, empirical data revealed the absence of a Higher Level Technician trained in Pedagogy in the CRAS (Social Assistance Reference Centers) of Manaus, and also highlighted the fragility in guaranteeing the permanence of other professionals working there, considering that it is mostly made up of professionals with temporary contracts, in contrast to the few employees with permanent positions. This occurrence may contribute to high turnover in team formation and, consequently, cause discontinuity in actions, a preponderant factor in a public policy that aims precisely to provide a Service of Coexistence and Strengthening of Bonds. We conclude that greater public investment is needed in the constitution of multidisciplinary teams in the CRAS of Manaus, and that pedagogues can also occupy these spaces professionally, to strengthen the actions of the public policies developed, from their field of expertise.

Keywords: Pedagogy in Non-school Settings. Social Assistance Reference Center. Service of Coexistence and Strengthening of Bonds.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de una investigación que describe el trabajo de los pedagogos en contextos no escolares, con énfasis en su rol en el Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) y el Servicio de Convivencia Social y Fortalecimiento de Vínculos (SCFV). Estos profesionales pueden integrarse a los equipos de referencia como Técnicos de Nivel Superior, según lo establecido en la Norma Operativa Básica de Recursos Humanos del Sistema Único de Asistencia Social (NOB-RH/SUAS), ratificada por la Resolución N° 17/2011 del CNAS. La investigación se llevó a cabo en la ciudad de Manaus (AM), mediante un enfoque metodológicamente cualitativo-cuantitativo, a través de revisión bibliográfica, investigación documental y observación (simple y sistemática) en dos centros CRAS de dicho municipio. Los estudios revelan que los pedagogos realizan importantes contribuciones a las políticas de asistencia social, actuando como agentes para superar las vulnerabilidades sociales mediante intervenciones socioeducativas preventivas. A su vez, los datos empíricos revelaron la ausencia de un Técnico Superior en Pedagogía en los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) de Manaus, y también pusieron de manifiesto la fragilidad en la garantía de la permanencia de otros profesionales que trabajan allí, dado que la mayoría cuenta con contratos temporales, en contraste con el reducido número de empleados con plazas fijas. Esta situación puede contribuir a una alta rotación en la conformación de los equipos y, por consiguiente, provocar discontinuidad en las acciones, un factor preponderante en una política pública que busca precisamente brindar un Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos. Concluimos que se requiere una

mayor inversión pública en la conformación de equipos multidisciplinarios en los CRAS de Manaus, y que los pedagogos también pueden ocupar estos espacios profesionalmente, para fortalecer las acciones de las políticas públicas desarrolladas desde su ámbito de especialización.

Palabras clave: Pedagogía en Contextos no Escolares. Centro de Referencia de Asistencia Social. Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa deu-se a partir de uma experiência da primeira autora como educadora social no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, no município de Fortaleza no Estado do Ceará. Na ocasião, foi observado, por meio de acervos documentais e das práticas pedagógicas de uma pedagoga que fez parte deste CRAS, sua atuação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A partir disso, identificou-se que essa profissional era responsável por referenciar a equipe de educadores sociais que integravam o SCFV, e que havia posicionamento de liderança nas reuniões com a equipe, nas participações e elaboração de planos de ação, nas orientações de atividades socioeducativas para os usuários do serviço e nos planejamentos de estratégias de atendimentos acolhedores, entre outras atividades.

Posteriormente, foi realizado o presente estudo, agora no contexto da cidade de Manaus/AM. Portanto, esse artigo visa apresentar dados da pesquisa que se ocupou em descrever o trabalho do(a) pedagogo(a) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV, uma vez que esse(a) profissional poderá compor as equipes de referência, estabelecida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006), ratificada pela Resolução CNAS nº 17/2011. O SCFV se articula às ações alinhadas à Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2009), que em sua composição profissional deverá, obrigatoriamente, contar com assistentes sociais e psicólogos (Inciso I, Art. 1º). Contudo, também é estabelecido no §3º, Art. 2º desta mesma Resolução, que algumas categorias de profissionais¹, “preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais” (Brasil, 2011), dentre elas a de pedagogo(a).

O SCFV se destina a todos que dele necessitem, tais como pessoas em situação de vulnerabilidade social com faixas etárias diversificadas, sendo parte delas crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas com deficiência, idosos em situação de isolamento, crianças vítimas de exploração do trabalho infantil, beneficiários de programas de transferência de renda inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), entre outros. Trata-se de um serviço que proporciona um conjunto de ações que complementam o trabalho social com as famílias, prevenindo situações de risco e vulnerabilidade social, fortalecendo e promovendo ações que valorizam a convivência familiar e comunitária dos usuários (Brasil, 2022).

¹ Categorias de profissionais indicada no §3º, Art. 2º da Resolução 17/2011: Antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta (Brasil, 2011).

Nesse contexto, cabe destacar que o CRAS é uma unidade pública de oferta de serviços de proteção básica, no âmbito da assistência social, com objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território (Brasil, 2009).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi realizada em duas etapas. Primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico relacionado à temática proposta. Assim, conforme aponta Gil (2008), a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituída principalmente de livros e artigos científicos, especialmente a literatura especializada que versa sobre a atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares. Nesse processo, também foi realizado o estudo em documentos que normatizam as políticas públicas de Assistência Social, especialmente às referentes ao CRAS.

A pesquisa teve como base a abordagem quali quantitativa, onde a interpretação dos resultados surge a partir da concepção do estudo e analisa a realidade de forma mais profunda, pois se considera importante avaliar a natureza dos significados, seus motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 1993). São fenômenos que não devem ser avaliados somente por meios quantitativos, embora estes também sejam relevantes, e forneceram dados que fomentaram a compreensão do fenômeno de forma mais alargada. Baseado nesse referencial, os procedimentos desenvolvidos foram: revisão bibliográfica, pesquisa documental e organização e análises de dados.

A segunda etapa da pesquisa contou com a observação (simples/sistemática) em dois CRAS de Manaus/AM, com o objetivo de complementar o levantamento feito na base de dados do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas. Desta forma, as observações sistemáticas, quando conjugadas a outras técnicas, valorizam o método científico, pois possibilitam uma investigação que faz uso dos sentidos, com vista a adquirir os conhecimentos necessários para interpretar uma determinada realidade do cotidiano (Gil, 2008).

2 A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E NORMATIVAS PARA ATUAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Ao longo dos tempos, a compreensão do conceito de educação se amplia, e novas abordagens, métodos e concepções ganharam destaque. Se antes, nas sociedades antigas, os sujeitos eram educados para saber se defender, garantir alimentos, guerrear e subsistir, com o passar dos anos, a vida em comunidade tornou-se essencial para o desenvolvimento social dos homens. Cunha (2013), ao problematizar essa questão, defende que o movimento renascentista no século XV, o avanço dos sistemas produtivos e das ciências, moldaram uma concepção de educação moderna no mundo.

Desse modo, temas ligados à educação receberam significativas contribuições de áreas como a pedagogia, psicologia, sociologia e outras ciências. Isso possibilitou que vários debates ganhassem espaço no campo teórico, com o surgimento de novas abordagens para explicar os fenômenos ligados aos processos educacionais. No Brasil, destaca-se o pensamento crítico sobre a concepção de educação com sentido ampliado:

Educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social. É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de ser humano, (Libâneo, 2010, p. 34).

Nessa perspectiva, a educação é vista como um conjunto de ações e processos que permeiam aspectos da vida humana e que constituem o ser social. Esse conceito também concebe a educação como prática social, de forma a compreendermos a relação do homem com o meio que o cerca e as diferentes construções sócio-históricas que marcam seu modo de viver em sociedade.

Na Política de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a educação cumpre uma função significativa nas abordagens e intervenções realizadas no SCFV, ofertando serviços socioassistenciais de caráter preventivo, protetivo e proativo diante das situações de vulnerabilidades e riscos sociais (Brasil, 2022). No cenário brasileiro, os fenômenos que afetam a educação, tais como as desigualdades socioeconômicas e regionais, podem ser pesquisados, fortalecidos ou superados a partir de diferentes intervenções profissionais. O(a) pedagogo(a) é um profissional que tem a educação como campo de estudo e atuação, e pode contribuir nesse processo.

Cunha (2013), nos conduz a refletir sobre os procedimentos metodológicos do(a) pedagogo(a) e nos lembra que esse profissional pode ser o professor que se especializa em assuntos educacionais, podendo atuar em diferentes espaços pedagógicos e realizando intervenções em diferentes ambientes sociais.

Nos últimos anos o campo de atuação profissional para o(a) pedagogo(a) tem se ampliado de tal maneira que é possível observar sua atuação em hospitais, empresas, teatros, organizações da sociedade civil, museus, bibliotecas, abrigos, CRAS, recursos humanos, sindicatos e outros ambientes que possuem uma diversidade de atividades socioeducativas. Assim, para Cunha (2013), esse(a) profissional busca, em cada ambiente social, um espaço de aprendizagem, compreensão e superação das vulnerabilidades sociais que nele se verificam.

Corroborando com essa ideia, há uma afirmação de Libâneo (2010) que caracteriza bem as especificidades desse profissional:

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações. (Libâneo, 2010).

A compreensão do(a) pedagogo(a) como um(a) agente capaz de intervir em realidades complexas, permeadas por processos educativos, possibilita a sua atuação no âmbito de diferentes políticas públicas, dentre elas a Política de Assistência Social, na proteção básica. Desse modo, conhecer as perspectivas de atuação desse(a) profissional no SCFV é de grande relevância, tendo em vista que reúne condições formativas e técnicas para subsidiar o planejamento e a execução de ações que se alinham aos objetivos desse serviço, valorizando o usuário, os grupos, e fortalecendo a sociedade nos territórios vulneráveis. Para tal, Rodrigues e Oliveira (2024, p. 154) destacam a necessidade do(a) pedagogo(a) sentir-se como profissional da Assistência Social, para compreender que o público atendido nesse espaço “[...] necessita muito mais do que aprender aquisições educativas, eles precisam se sentir pertencente a uma sociedade com direitos e deveres”. Estar em um ambiente profissional em que as ações são geridas por profissionais de diferentes áreas, em ações coletivas que os articulam em torno de objetivos comuns e específicos de determinada política pública, como é o caso do SCFV, possibilita a compreensão desse recorte conceitual, o que irá nortear as suas práticas em um espaço não formal de educação.

Do ponto de vista normativo, a presença do(a) pedagogo(a) no SCFV é legitimada através de alguns instrumentos legais. A Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006), reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a de pedagogo(a). A Resolução nº 17/2011, no entendimento de Rodrigues e Oliveira (2024, p. 153), insere o pedagogo “[...] como trabalhador da categoria profissional que poderá atender as especificidades dos serviços Socioassistenciais. Esses atendimentos visam à finalidade de estruturar e organizar melhor os serviços tratando as necessidades dos direitos dos usuários e a inclusão deles na sociedade [...]”.

Analogamente, Ferreira (2011) considera que a Resolução CNAS nº. 17/2011 trouxe avanços ao ampliar as equipes de referência para incluir outras categorias de profissionais, por reconhecer que as mesmas “[...] agregam saberes e habilidades aos serviços, essa Resolução avança na definição das condições para o aprimoramento da gestão do sistema e a oferta qualificada dos serviços socioassistenciais” (Ferreira, 2011, p.31).

O(a) pedagogo(a), portanto, tem amparo legal para atuar nos serviços socioassistenciais na política de proteção básica ofertada no CRAS. Essa perspectiva também dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, que por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, prevê a atuação do(a) pedagogo(a) em espaços escolares e não escolares. Compreende-se, por meio dessas diretrizes, que o(a) pedagogo(a) reúne condição para atuar em espaços não escolares. Nos artigos 2º e 5º, há direcionamentos importantes que corroboram com essa perspectiva. O artigo 2º institui “o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas que sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (Brasil, 2006). De modo similar, os incisos I, IV e IX do artigo 5º da mesma Resolução complementa esse entendimento, ressaltando que o(a) pedagogo(a) deve ser um(a) profissional formado(a) para:

- I - Atuar com ética e com compromisso, com vistas a construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;
- IV - Trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos e diferentes fases do desenvolvimento humano em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- IX – Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa e propositiva em face de realidades complexas com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais étnico- raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (Brasil, 2006).

Observa-se que o objeto de intervenção da proteção social básica, as vulnerabilidades e riscos sociais que chegam ao CRAS, têm todas as possibilidades de serem interpretadas e enfrentadas com a colaboração de um(a) profissional da pedagogia na equipe de referência, fortalecendo o seu caráter multiprofissional.

Portanto, enquanto técnico de referência do SCFV, o(a) pedagogo(a) deve planejar atividades coletivas que considerem a matricialidade sociofamiliar orientada pela política de assistência social básica, valorizando as especificidades relacionadas aos ciclos de vida dos usuários, as potencialidades e a superação das vulnerabilidades e dos riscos sociais presentes no território. As atividades planejadas devem atender a três eixos orientadores e três subeixos que orientam as ações do SCFV, sintetizados no Quadro 1, de forma a organizar as informações e facilitar a compreensão do leitor:

Quadro 1 – Eixos e Subeixos do SCFV

Eixo 1 - Convivência Social	Eixo 2 - Direito de Ser	Eixo 3 - Participação Social
As ações desse eixo estimulam o convívio social e familiar, valorizam o sentimento de pertença, a formação da identidade, a construção de processos de sociabilidade, os laços sociais, as relações de cidadania etc.	Orienta a promoção do desenvolvimento da infância e da adolescência, ressalta a importância do SCFV como meio de promover atividades que potencializem as vivências dos grupos, fortalece os ciclos etários em toda sua pluralidade.	Estimular, através de atividades planejadas, a participação dos usuários do serviço nos diversos espaços da vida pública, entre eles o SCFV, a família, a comunidade e a escola. O objetivo é fortalecer o usuário enquanto sujeito de direitos e deveres.
Subeixos 1	Subeixos 2	Subeixos 3
Fortalece várias capacidades dos sujeitos, entre elas: A comunicação, o desenvolvimento de novas relações sociais, a habilidade para solucionar os conflitos do grupo, a iniciativa para realizar tarefas em grupo, a capacidade de promover e participar da convivência social em família, grupos e territórios.	Valoriza o “direito a aprender e experimentar, o direito de brincar; o direito de ser protagonista; o direito de adolescer; o direito de ter direito e deveres, o direito de pertencer; o direito de ser diverso; o direito à comunicação”.	Incentiva a participação ativa dos sujeitos no serviço, no território e nas políticas públicas.

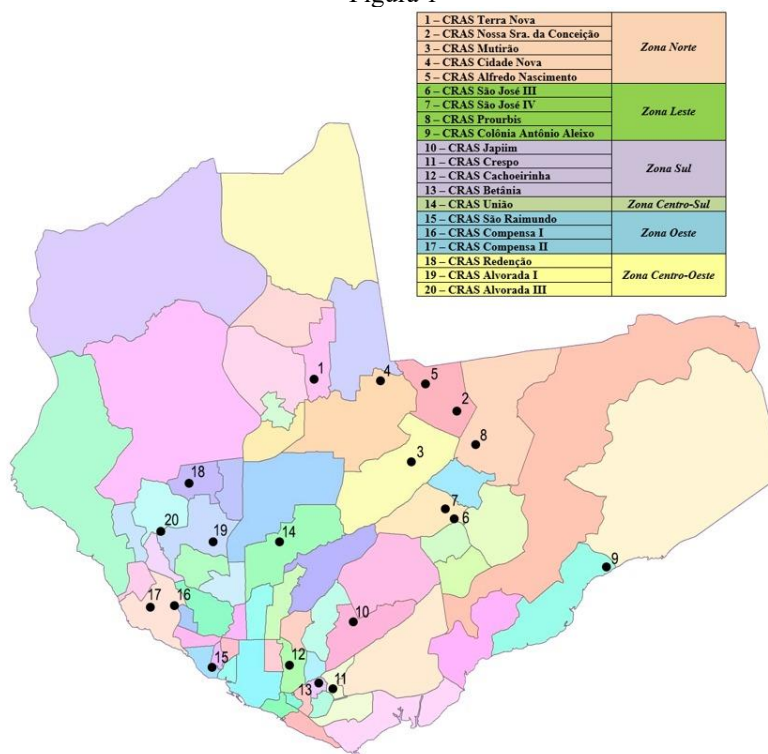
Fonte: Brasil (2017, p. 15)

É possível perceber que os eixos e subeixos orientadores do SCFV são medidas articuladas e integradas, que visam fortalecer os usuários e orientar os profissionais da assistência sobre a direção das ações a serem seguidas, que orientam as ações da equipe de técnicos de referência (profissionais de nível superior), dentre eles a possibilidade de atuação do(a) pedagogo(a).

3 O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS EM MANAUS

Na cidade de Manaus existem 20 (vinte) CRAS espalhados em diferentes zonas, de acordo com os dados do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas, coletados em setembro de 2025 (Brasil, 2025b), e da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – Semasc, que integra o CRAS como uma de suas unidades. No mapa seguinte é possível observar a localização desses CRAS nas zonas da cidade de Manaus.

Figura 1



Fonte: Imagem adaptada por Diego Rocha (2025), a partir do mapa disponível em:
<https://geocartografiadigital.blogspot.com/2019/07/mapas-svg-cidades-estados-e-paises.html>

Algumas informações quanto à configuração dos CRAS de Manaus foram organizadas no **Quadro 2**, relacionadas ao quantitativo de profissionais lotados em 2025. Do total de profissionais em atuação nos CRAS, observa-se que nem todos possuem a formação em nível superior, somente 32% possuem essa formação, e destes somente 14% estão no cargo de Técnico(a) de Nível Superior, nos termos da Resolução CNAS nº 17/2011. É perceptível a ausência de Técnico(a) de Nível Superior formado(a) em pedagogia nas equipes desses CRAS no período da pesquisa.

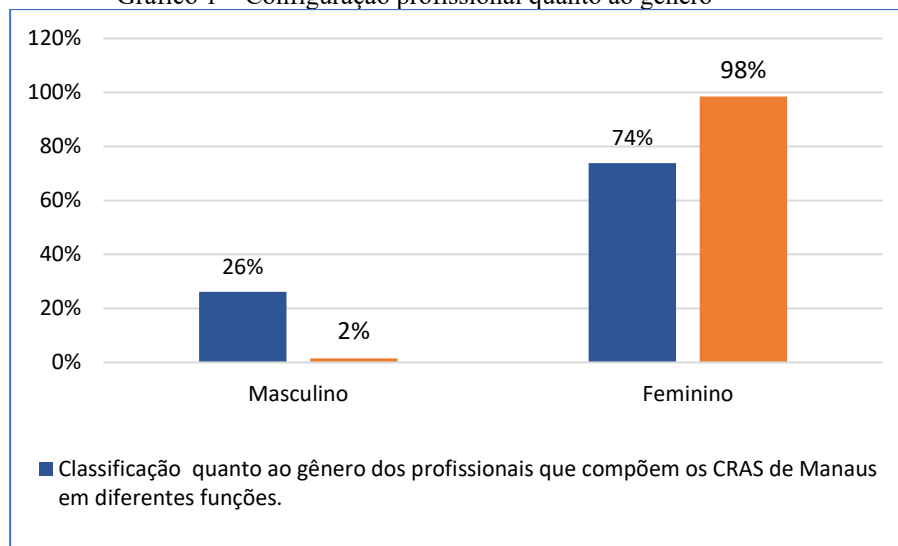
Quadro 2 – Configuração dos profissionais de nível superior lotados nos CRAS de Manaus – 2025

CRAS	Quantidade de profissionais	Profissionais com nível superior	Vínculo institucional /Estatutário	Técnico(a) de Nível Superior/ pedagogo(a)
Terra Nova	21	08	03	<i>Não consta</i>
Nossa Senhora da Conceição	22	03	01	<i>Não consta</i>
Mutirão	22	09	03	<i>Não consta</i>
Cidade Nova	40	12	05	<i>Não consta</i>
Alfredo Nascimento	16	07	01	<i>Não consta</i>
São José III	21	05	03	<i>Não consta</i>
São José IV	24	06	03	<i>Não consta</i>
Prourbis	18	04	01	<i>Não consta</i>
Colônia Antônio Aleixo	17	06	02	<i>Não consta</i>
Japiim	24	08	01	<i>Não consta</i>
Crespo	17	04	03	<i>Não consta</i>
Cachoeirinha	16	05	02	<i>Não consta</i>
Betânia	27	07	05	<i>Não consta</i>
União	21	08	05	<i>Não consta</i>
São Raimundo	19	09	04	<i>Não consta</i>
Compensa I	22	05	01	<i>Não consta</i>
Compensa II	21	08	03	<i>Não consta</i>
Redenção	22	10	01	<i>Não consta</i>
Alvorada I	18	08	03	<i>Não consta</i>
Alvorada III	29	08	04	<i>Não consta</i>

Fonte: Elaborado pelas(o) autoras(o) com base nos dados do CadSuas (Brasil, 2025b).

Pelo recorte de gênero (**Gráfico 1**), observou-se que as equipes são constituídas majoritariamente por mulheres, tanto na configuração geral reunindo todos os profissionais de diferentes funções (74%), quanto em relação aos que ocupam cargos de nível superior (98%), reiterando a tendência nacional da presença majoritária de mulheres nos serviços do SUAS, tanto como trabalhadoras, quanto usuárias (Brasil, 2025a).

Gráfico 1 – Configuração profissional quanto ao gênero



Fonte: Elaborado pelas(o) autoras(o) com base nos dados do CadSuas (Brasil, 2025b).

Outro ponto de atenção diz respeito à maioria não possuir vínculo profissional como funcionário estatutário, que representa somente 11,4% do total de profissionais em atuação com vínculo efetivo.

Em notícia publicada no site oficial da Prefeitura de Manaus, em abril de 2021 (Fierro, 2021), destaca -se que o último concurso público realizado para complementar o quadro de profissionais da Semasc ocorreu em 2012, e a última convocação dos aprovados aconteceu em 2016. Outro dado importante é que, de acordo com a notícia veiculada, entre os anos de 2010 e 2017, 138 servidores pediram exoneração da Semasc. Os esforços para mapear esses dados vieram de uma Comissão Especial, composta por 11 (onze) servidores da Semasc, que ratificou a necessidade de recomposição de pessoal e ressaltou que há uma defasagem de profissionais para garantir a efetividade das políticas públicas municipais.

Na edição nº 5.077, do Diário Oficial do Município (DOM), do último dia 16, consta a publicação da portaria nº 100/2021, que determina as atividades da comissão. Entre elas, o levantamento de informações sobre a quantidade de cargos e vagas a serem oferecidas, atribuições, requisitos, carga horária, compatibilidade com as leis de cargos e remuneração com acréscimos, se houver, para a realização do concurso público (Fierro, 2021).

Nesse contexto de déficit nos quadros técnicos da Semasc, a ausência de pedagogos(as) como Técnico(a) de Nível Superior se soma, visto que não foi observado nenhum registro nos dados do CadSuas em 2025 da presença desse(a) profissional na equipe de referência que executa as políticas públicas no SCFV.

O trabalho no CRAS prevê a participação de uma equipe interdisciplinar, podendo ter assistentes sociais, psicólogos, pedagogos(as), orientadores ou educadores sociais etc. Trata-se de um trabalho social desenvolvido por profissionais de diferentes áreas que, coletivamente, unem esforços e conhecimentos técnicos para promoverem ações preventivas para combater as vulnerabilidades e riscos sociais. Para isso acontecer, esses profissionais devem ter perfis capazes de complementar os diferentes saberes, favorecendo o desenvolvimento das funções do CRAS.

A relevância do trabalho interdisciplinar no âmbito do SUAS é destacado como estratégia importante nas orientações técnicas, uma vez que:

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que eleger uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (Brasil, 2009, p.64)

Nessa abordagem, há a valorização de uma cooperação mútua no sentido de atingir os objetivos esperados pela Política de Proteção Social Básica do SUAS. Além disso, é importante ressaltar que nenhuma profissão consegue isoladamente intervir e superar as questões ligadas às desigualdades sociais. Logo, os reflexos dessa cooperação são avanços que têm impactos nos diferentes serviços ofertados no CRAS, na vida do usuário, inclusive no SCFV. Conceber o(a) pedagogo(a) no processo de trabalho interdisciplinar do SCFV nos ajuda a compreender a dimensão de suas contribuições e o impacto delas na vida dos usuários do serviço.

As atribuições do técnico de referência do SCFV são muitas e todas são convergentes com a capacidade técnica e formativa do(a) pedagogo(a). Nessa pesquisa, algumas delas são apresentadas para que o leitor tenha uma visão, mesmo que sucinta, de como se materializa parte do trabalho no cotidiano profissional. O(a) técnico(a) de referência do SCFV deve:

- Conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco das famílias beneficiárias de transferência de renda (BPC, PBF e outras) e as potencialidades do território de abrangência do CRAS;
- Acolher os usuários e ofertar informações sobre o serviço;
- Realizar atendimento particularizado e visitas domiciliares a famílias referenciadas ao CRAS;
- Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território;
- Contribuir tecnicamente para a oferta do SCFV, tendo em vista as diretrizes nacionais, dentro de suas atribuições específicas;
- Encaminhar usuários ao SCFV;
- Participar da definição dos critérios de inserção dos usuários no serviço;
- Assessorar as unidades que desenvolvem o SCFV no território;
- Assessorar tecnicamente ao(s) orientador(es) social(ais) do SCFV nos temas relativos aos eixos orientadores do serviço e às suas orientações técnicas, bem como ao desligamento de usuários do serviço e quanto ao planejamento de atividades;
- Acompanhar o desenvolvimento dos grupos existentes nas unidades ofertantes do serviço, acessando relatórios, participando em reuniões etc.;
- Manter registro do planejamento do SCFV no CRAS;
- Articular ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência do CRAS;
- Avaliar, com as famílias, os resultados e impactos do SCFV;
- Garantir que as informações sobre a oferta do SCFV estejam sempre atualizadas no SISC e utilizá-las como subsídios para a organização e planejamento do serviço. (Brasil, 2017, p. 55 e 56).

Ações como assessorar, acompanhar, registrar, avaliar e garantir planejamento de serviços são práticas que fazem parte do trabalho do(a) pedagogo(a) no cotidiano de seu ofício profissional, para atuar tanto nos espaços escolares, quanto em outros espaços. As especificidades dessas ações na rotina do SCFV e na vida dos usuários se concretizam à medida que esse profissional se apropria dos instrumentos de trabalho, das diretrizes e dos documentos que norteiam as ações no âmbito da Assistência Social, integrando equipe de multiprofissionais.

Uma importante contribuição na execução desse processo pode vir através da Pedagogia Social, um segmento da profissão que tem como alicerce a ação educativa social, pois o(a) pedagogo(a)

social tem sua prática presente em entidades governamentais e não governamentais e visa uma educação que valoriza o empoderamento dos sujeitos diante de uma sociedade desigual e de um sistema que acentua as vulnerabilidades sociais (Rodrigues; Oliveira, 2024).

Afirma-se que o potencial dessa pesquisa sobre o trabalho do(a) pedagogo(a) no CRAS, especificamente no SCFV, é de grande relevância social, dado que é uma forma de apresentar para sociedade a composição técnica dos profissionais que atuam (ou podem atuar) nesse espaço. As intencionalidades deste estudo, as abordagens dos profissionais envolvidos, o conjunto de normas aplicadas e as práticas pedagógicas desenvolvidas nos serviços ofertados corroboram para afirmar a atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares, a partir dos princípios da Pedagogia Social.

A aproximação teórica e prática com essas questões desperta curiosidade sobre um contexto específico de Manaus, sobre o trabalho do(a) pedagogo(a) no espaço SCFV dos CRAS, que embora seja preferencial em termos normativos, se apresenta como um campo ainda não ocupado nos CRAS em Manaus. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, a cidade de Manaus possui uma população de aproximadamente 2,06 milhões de residentes e ocupa a quinta posição entre os maiores municípios com o Produto Interno Bruto (PIB) do país (Brasil, 2022). Na área social, várias iniciativas filantrópicas, estaduais e municipais se propõem a solucionar/amenizar as questões de vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios e algumas dessas iniciativas são orientadas a partir de políticas públicas que se materializam através do CRAS.

Como já informado, nos vinte CRAS de Manaus se observou ausência do(a) pedagogo(a) nas equipes de referência, o que poderia se somar com a ação de outros profissionais que atuam nesses Centros, em uma perspectiva colaborativa do trabalho em equipe, visando a melhor qualidade dos serviços prestados à população que necessita.

Além da pesquisa no banco de dados do CadSuas, também acompanhamos as ações de dois desses CRAS da zona Oeste de Manaus. Fora as informações coletadas no CadSuas, informações mais específicas e detalhadas em sites oficiais, publicações científicas, ou mídias sociais sobre o funcionamento dos dois CRAS foram pouco observadas. Constatou-se poucas informações divulgadas detalhando os tipos e quantidades de grupos e usuários atendidos pelo SCFV, o planejamento das atividades e os funcionários que operam esse serviço no dia a dia.

As informações coletadas informam que os dois CRAS observados disponibilizam o SCFV através de um conjunto de atividades que visam promover o ganho social e material dos cidadãos. Já o canal oficial da Prefeitura de Manaus disponibiliza uma informação conceitual do serviço, porém restrita e genérica sobre as ações desenvolvidas no cotidiano do SCFV no equipamento. No site institucional consta:

De caráter preventivo e proativo, o SCFV é realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida. Destina-se a crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade. Organiza-se de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. (Manaus, 2025).

As informações no site da Semasc, em geral, tratam sobre os objetivos gerais dos CRAS, os tipos de demandas que chegam a eles e os projetos de revitalização que ocorreram nos espaços físicos nos últimos meses. É importante ressaltar que desde 2011 o Brasil conta com a lei nº 12.527, de acesso à informação, uma conquista democrática que fortalece a comunidade na garantia de transparência e divulgação de dados de interesse público. O capítulo II, Art.6º da mesma lei trata do acesso a informações e da sua divulgação e afirma:

Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

- I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
- VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.

(Brasil, 2024)

As atividades realizadas no SCFV dos dois CRAS que acompanhamos são de interesse público e poderiam ser contempladas de forma mais efetiva pela sociedade se houvesse o detalhamento dessas ações nos canais oficiais da gestão municipal, sendo inclusive uma forma do poder público respaldar as iniciativas que beneficiam a comunidade e promover políticas públicas alinhadas aos interesses da sociedade.

O debate sobre esse tipo de divulgação é elemento de discussão por alguns autores que destacam:

A Pedagogia e o fazer do pedagogo, devem ser amplamente difundidos e apoiados em bases legais para que se propague ao pensar do ser humano como um ser integral, responsável pelas ações que executa, e agente da sociedade. Podemos enfatizar que a Pedagogia [...] tem a função de responder às demandas sociais, em distintos espaços, e em diversos contextos. (Rodrigues; Oliveira, 2024, p.159).

Do ponto de vista profissional e científico, o(a) pedagogo(a) bem como outros(as) profissionais que têm interesse em atuar (ou atuam) no SUAS, podem utilizar diferentes bases bibliográficas para aprender sobre novas práticas, intervenções e estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais, mas isso só é possível se houver uma ampla divulgação das ações no âmbito das políticas pública. Portanto, a visibilidade dessas ações não pode ficar restrita aos relatórios internos, às

auditorias internas e aos canais de comunicação de grupos de trabalhos. É necessário que a sociedade de um modo geral possa acessar esses dados de forma rápida, fácil, clara e objetiva, visando conhecer as políticas públicas destinadas à sociedade, e o papel dos profissionais que nela atuam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre a atuação do(a) pedagogo(a) na Assistência Social, especificamente no SCFV enquanto técnico(a) de referência no CRAS em Manaus. Embora não tenha sido possível acessar detalhadamente as informações necessárias sobre a prática profissional do(a) pedagogo(a) nos canais oficiais de comunicação da Semasc, observou-se, através de dados documentais que embora haja previsão legal, não foi constatada a presença de pedagogos(as) nas equipes desse Centros.

De acordo com a pesquisa bibliográfica, o(a) pedagogo(a) tem contribuições significativas para a formação cidadã, podendo atuar como mediador(a) para agir diante das vulnerabilidades sociais, através de intervenções socioeducacionais. A sua atuação no âmbito do SUAS pode promover ações articuladas com outros profissionais, que garantam à sociedade a aquisição de informações, orientações e acesso às políticas públicas disponíveis, práticas que fortalecem a gestão democrática a partir da participação social.

Os dados da empiria revelaram a ausência do Técnico(a) de Nível Superior formado em Pedagogia nos CRAS de Manaus, mas também evidenciou a fragilidade na garantia de permanência dos(as) profissionais de outras áreas que lá atuam, considerando ser majoritariamente constituído por profissionais com contratação temporária, terceirizados, em contraste com apenas 11,4% de servidores em regime de trabalho efetivo, o que pode concorrer para alta rotatividade na formação das equipes e consequentemente, ocasionar a descontinuidade das ações, fator preponderante em uma política pública que visa exatamente o prestar um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Pensar na relevância da contribuição do(a) pedagogo(a) dentro da Assistência Social é descrever o quanto esse profissional pode ser fundamental para o desenvolvimento crítico da formação cidadã dos sujeitos, considerando que o mesmo age de forma interventiva para a superação dos conflitos e fortalecimento dos vínculos afetivos desses sujeitos dentro desses ambientes e nos territórios que estão inseridos.

O presente artigo mostra a importância desta pesquisa para o conhecimento da atuação do pedagogo na Assistência Social e como ele é visto atualmente dentro deste âmbito, considerando seu trabalho como ferramenta de transformações e de intervenção nos serviços socioassistenciais. No que tange à realidade dos CRAS na cidade de Manaus, concluímos ser necessário maior investimento público na constituição das equipes multiprofissionais nos CRAS de Manaus, e que o(a) pedagogo(a) também possa ocupar esses

espaços profissionalmente, para fortalecer as ações das políticas públicas desenvolvidas, a partir de seu campo de atuação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério das Mulheres. Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/julho/suas-completa-20-anos-com-legado-de-protecao-social-e-protagonismo-das-mulheres-1>. Acesso em: 25 set. 2025a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CadSUAS**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarConsultaExterna.html>. Acesso em: 25 set. 2025b.
- BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretaria Especial De Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional De Assistência Social. Departamento De Proteção Social Básica. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Scfv) **Perguntas Frequentes** Brasília: MC, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf Acesso em: 30 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Perguntas Frequentes 2017. Equipe Técnica do SCFV. P.55/56. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/perguntas-frequentes-scfv-1.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.
- BRASIL, 2017. Ministério da Cidadania (MC). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Departamento de Proteção Social Básica (DPSB). Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Como deve ser composta a equipe de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos? P.92. Brasília, 2017. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wpcontent/uploads/2021/10/perguntas-frequentes-scfv-1.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12. 527 de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso a Informações. Capítulo II, Art.6º. Do acesso a informações e da sua divulgação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 dez. 24.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília, 2009. 72 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_cras.pdf f. Acesso em: 02 set. 2024.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução Nº 1 de 15 de maio de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 19 dez. 2024.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, família e Combate à Fome. **Centro de Referência da Assistência Social - CRAS**. Público atendido. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoesprogramas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em: 23 out. 2024.

CUNHA, Aline Lemos da. **Pedagogia e ambientes escolares**. 1º edição. Curitiba. Ed. Intersaberes, 2013.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

FIERRO, Leonardo. **Quadro de Pessoal da Semasc é Avaliado por Comissão Especial**. Prefeitura de Manaus. Manaus/AM 22/04/2021. Disponível em:
<https://www.manaus.am.gov.br/noticia/administracao/quadro-de-pessoal-da-semasc-e-avaliado-por-comissao-especial/>. Acesso em: 21 set. 2025.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. Geografia e Cartografia Digital. Mapas SVG (Bairros, Cidades, Estados e Países). **Figura 13. Bairros de Manaus/AM (SVG)**. Disponível em:
<https://geocartografiadigital.blogspot.com/2019/07/mapas-svg-cidades-estados-e-paises.html>. Acesso em: 27 set. de 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo brasileiro 2022. Manaus: IBGE 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos Pedagogia e pedagogos, para quê? / José Carlos Libâneo. – 12. ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Odécio Sanches. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue; DE OLIVEIRA, Cândida Mirela Aires. **O perfil do pedagogo social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Revista Desenvolvimento & Civilização, [S. l.], v. 5, n. 2, 2024. DOI: 10.12957/rdciv.2024.81577. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/81577>. Acesso em: 31 maio. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**. Disponível em:
<https://www.manaus.am.gov.br/semasc/servico-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos-scfv/>. Acesso em: 02 jan. 2025.